



Perspectivas e Desafios: O Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Sandra Cristina Santos Alves¹, Geísio Lima Vieira², Kelly Samara do Nascimento Silva³, Valéria Maria Gomes Guimarães⁴, Ionara da Nobrega Amancio⁵

¹ Mestre em Serviço Social – IFPB. Gestora Estadual do Programa Mulheres Mil – PB. E-mail: sandracsa@bol.com.br

² Mestre em Educação – IFPB. GT de Educação Popular e Economia Solidária – UFPA. E-mail: geisioifpb_cg@hotmail.com

³ Mestre em Serviço Social – IFPB. Gestora Programa Mulheres Mil – Picuí. E-mail: kellysamaras@gmail.com

⁴ Especialista – IFPB. Coordenadora Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do IFPB. E-mail: valerrygg@yahoo.com.br

⁵ Assistente Social – IFPB. Gestora Programa Mulheres Mil – Reitoria – Centro de Referência. E-mail: nara.cg@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal analisar a institucionalização do Programa Mulheres Mil no IFPB, tomando como pano de fundo as categorias gênero e educação. Tal programa encontra-se em expansão e diversificação em todo País, está presente em 111 *Campi* dos IFs do cenário brasileiro. No estado da Paraíba o Programa já efetiva-se em quatro, mais o Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima, com a previsão da entrada em mais três, no próximo ano e depara-se com novas realidades e desafios para os contextos em que é instituído. Entende-se a importância deste Programa e de seu constante aprimoramento, que se efetiva na condição premente de análises e debates de suas diversas atuações. Fez-se a opção pela metodologia qualitativa, em um estudo de caso, por entender que a partir de sua utilização se alcançaria os objetivos propostos priorizando-se as análises dos significados, das ações e relações dos sujeitos envolvidos. Foi possível detectar através das análises alguns desafios na implementação e execução do Programa, que precisam ser repensados e superados, como: a necessidade de capacitação em gênero e economia solidária; mais incentivos financeiros e flexibilidade na execução dos recursos; aumento de equipe e melhores condições de infraestrutura, nos campi da expansão. Entretanto a oferta de cursos destinados à mulher em situação de vulnerabilidade social mostrou-se ser fundamental para sua inclusão cidadã e sua emancipação, processo, pelo qual a educação profissional exerce influência positiva. Os efeitos da educação na vida das mulheres se expandem para a família e para a comunidade, formando um círculo virtuoso para a sociedade.

Palavras-chave: educação, emancipação, cidadania, gênero, trabalho

1. INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta-se historicamente como um país desigual. Ao mesmo tempo em que o governo estabelece novas metas de superação da pobreza e das persistentes desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza e da desigualdade.

Neste sentido, a sociedade civil e o governo federal por meio das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, definiram um conjunto de temas, princípios, objetivos e parcerias para a formulação e a implementação de políticas para as mulheres, que incluiu objetivos específicos para a educação.

A necessidade histórica de inclusão das mulheres na educação e no mundo do trabalho reforçou a adesão dos IFS, e especificamente do IFPB a um programa específico na área de gênero, educação e trabalho, denominado Programa Mulheres Mil.

O Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, entre elas o alcance do projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração do bicentenário – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros em dezembro de 2010.

No estado da Paraíba, este Programa depara-se com novas realidades e desafios para os contextos em que é instituído, uma vez que demanda um processo de inclusão de populações não tradicionais na instituição. De acordo com a diversidade de experiências locais, ressaltam-se questões envolvendo os desafios da inserção do referido Programa em cinco cenários estaduais, descortinando o



IFPB enquanto mecanismo de inclusão social, o que justifica a necessidade de expor e analisar as experiências de inserção deste programa nestes diferentes contextos multicampi do IFPB.

Em um contexto de desafios e perspectivas de um Programa de inclusão social em um ambiente educacional formal, pesquisaram-se os efeitos deste programa na vida das mulheres atendidas, com relação à inclusão cidadã e ao nível de empoderamento alcançado. Portanto, caracteriza-se enquanto objetivo desta pesquisa: analisar a institucionalização do Programa Mulheres Mil no IFPB, tomando como pano de fundo as categorias gênero e educação.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Esse trabalho caracteriza-se como um estudo de caso com característica qualitativa. Segundo Yin (2005), os estudos de caso representam uma boa opção diante de questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos.

A princípio foi realizada uma Pesquisa documental e bibliográfica para entender como o Programa Mulheres Mil passa a integrar a agenda dos IFs e para teorização das categorias educação e gênero. Através da Observação Participante com as Gestoras do Programa, no estado, a partir de suas falas, em diversas discussões e das atas das reuniões do grupo de pesquisa gênero, educação e trabalho do IFPB na análise da inserção do Programa Mulheres Mil em cinco novos *Campi*, do IFPB.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A política nacional de interiorização do crescimento econômico inclui todas as regiões brasileiras a um novo arranjo, que objetiva otimizar a economia, com uma melhor distribuição de renda e inclusão social. Desta forma, prevê o interior, de todas as regiões do Brasil, o acesso a serviços públicos de qualidade, tais quais aqueles oferecidos às regiões metropolitanas.

Neste sentido, há a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o objetivo de contribuir para o engrandecimento e fortalecimento do interior do país, com a criação dos Institutos Federais em um novo modelo de educação profissional, verticalizado, que contempla desde o ensino básico à pós-graduação e busca atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania de setores antes excluídos.

Para tanto, são incorporados vários programas de inclusão sociais como os da Rede CERTIFIC (2010); o programa Mulheres Mil (2011); a Escola Técnica do Brasil, E-TEC Brasil (2011); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA/2004); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM/2009) e mais recentemente o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído em 2011.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui as diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia lança um desafio que é repensar a educação atrelada ao mundo do trabalho numa perspectiva de justiça social, voltada a uma educação inclusiva.

Quando pensamos uma educação que adote ações afirmativas como modelo de acessibilidade a formação profissional e ao mundo do trabalho é interessante que se faça também uma reflexão acerca da história da educação profissional no Brasil, desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909; Liceus Profissionais, em 1937; Escolas Industriais e Técnicas, 1942; Escolas Técnicas, em 1959, Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), em 1978, que se propunham oferecer uma educação profissional voltada para atender aos interesses do mercado de trabalho, criando mão de obra barata e qualificada, sem contemplar os princípios de equidade educacional, econômica e social.

Notadamente, a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008, instituída na Lei nº 11.892, marca a prática das ações afirmativas dentro do espaço da formação profissional, não estando mais, como outrora, relegado apenas aos interesses do mercado de trabalho, mas voltada a uma política de inclusão social compromissada com a estruturação das políticas públicas regionais, fortalecendo a articulação com as áreas produtivas, sociais e culturais, conforme **intenção**



descrito no item 7 das considerações do Termo de Metas e Compromissos celebrado entre o **MEC – Ministério da Educação** - e os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, passando a:

[...] atuar como agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades e representações locais e regionais, significado maior da articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais; (MEC. SETEC. Termo de Metas e Compromissos. Brasília, 2008, p. 01)

Como articuladora de ações afirmativas a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica torna-se protagonista das políticas de inclusão social, promovendo dentro do cenário nacional à inserção de pessoas que foram deixadas a margem do processo de desenvolvimento socioeconômico. Pessoas, aliás, que historicamente não tiveram a oportunidade de estudar e adquirir *saberes* necessários para o mundo trabalho.

Desse modo, as ações afirmativas passam a ser prática presente nos Institutos Federais, com suas peculiaridades nas ofertas de cursos, mas no todo são ações que se destacam contra a lógica do capital que se apropria do sistema de ensino para garantir a reprodução da hegemonia capitalista.

O Programa Mulheres Mil, criado pela Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, é uma exemplo das ações afirmativas desenvolvidas dentro dos Institutos Federais que têm como **Principais Diretrizes**:

- I - Possibilitar o acesso à educação;
- II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas das mulheres;
- III - Promover a inclusão social;
- IV - Defender a igualdade de gênero;
- V - Combater a violência contra as mulheres.

Voltado para a educação, cidadania e desenvolvimento sustentável o Programa Mulheres Mil representa nesse segmento uma dimensão inovadora nas ações afirmativas desenvolvidas na educação profissional, claramente descritas nas diretrizes, porque procura desenvolver um trabalho com mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Como política de inclusão e emancipação o **programa** é um exemplo de experiência e aprendizagem vivenciadas com as mulheres nas salas de aula escutando suas falas de dissabores e esperanças.

Nesse modelo de educação profissional é possível observar que o compromisso maior do programa é fortalecer mulheres que por algum motivo deixaram de estudar ou não estudaram ao longo de suas vidas, valorizando seus conhecimentos prévios e incentivando-as a elevação da escolaridade. Promovendo, assim, autonomia e consciência de seus direitos capaz de leva-las a refletirem sobre suas condições e seus posicionamentos sobre as relações de gênero.

Entretanto, as concretizações de várias ações inerentes ao programa vêm enfrentando dificuldades para a realização dos objetivos propostos, devido a impasses administrativo-financeiros limitados pelo repasse de recurso e burocracia na sua aplicação, mesmo com os esforços empreendidos pelas equipes dos campi, mas reflexões que não deixam de validar a importância singular do referido **programa** para a consolidação das políticas de inclusão social existentes nas Redes Federais de Ensino.

Nesse contexto de desafios o Programa Mulheres Mil na Paraíba teve sua versão piloto no campus de João Pessoa no ano de 2008, como projeto, passando para a natureza de programa teve sua primeira implantação como tal nos campi de João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, Picuí e Monteiro. Ofertando cursos de qualificação em Cuidadoras de Idosos, Beneficiamento do Pescado, Alimentos e Vestuário.

As ações afirmativas do referido Programa contou com incentivo e motivação dos respectivos Diretores de cada *Campus* que juntamente com os gestores locais, servidores e servidoras do IFPB, vêm buscando meios para concretizações de suas metas.

Todavia, os *Campi* que compreendem o processo de expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, denominada Expansão II têm uma media de dois a três anos de



funcionamento, sendo tudo muito recente, apresentando problemas de infraestrutura e de vacâncias na equipe multidisciplinar.

Assim, uma efetiva execução do **Programa** é necessária infraestrutura adequada e a formação de uma equipe multidisciplinar que apresente um perfil apropriado para trabalhar com os diversos desafios, considerando os rebatimentos desse tipo de programa na vida das mulheres atendendo as peculiaridades locais. Nesse sentido, identificam-se algumas questões que se apresentam como desafios na execução do **Programa**:

- A falta de um entendimento e até mesmo de uma capacitação em gênero para os profissionais envolvidos no Programa Mulheres Mil;
- A falta de uma equipe especializada no trabalho com a economia solidária, no sentido de favorecer o ingresso ao mundo do trabalho ou a oferta de formação na área para as equipes;
- Condições de infraestrutura, visto que como já mencionado a maioria dos *Campi* ainda estão em processo de implantação;
- A existência de outros programas de inclusão social, no Instituto, com mais incentivos financeiros e flexibilidade na execução dos recursos;
- A dificuldade de conciliar as demandas administrativas com o pequeno número de servidores no quadro geral dos *Campi* da expansão.

Os desafios vivenciados deixam transparecer a necessidade de se *repensar* as ações afirmativas desenvolvidas na práxis pedagógica, procurando novos caminhos a partir das dificuldades identificadas, notadamente, na aceitação de uma prática diferenciada e inovadora, contemplando a atitude não sexista na formação e no comportamento cultural.

Assim, *repensar* essas práticas é construir também um novo olhar das pessoas com relação a gênero. Para isso, é preciso mudar atitudes dentro educação familiar e formal considerando-as como ponto de partida para a consolidação das políticas de inclusão como prática cotidiana das ações culturais.

O primeiro aspecto fundamental que precisa revalidar, portanto, é a educação na família, pois ela é o primeiro grupo social da maioria dos indivíduos e o início do modelo de relação entre as pessoas. É na família que tudo começa, porque historicamente no âmbito familiar é marcado pela cultura patriarcal revestida de autoritarismo e violência, consequência das relações sociais hierárquicas sexistas. O que, aliás, leva a predominância da supremacia masculina, conferindo ao pai o poder econômico e decisório sobre a vida de todas as pessoas da família, não assumindo, entretanto, o cuidado e criação dos filhos e filhas, nem as tarefas domésticas. À mãe, por sua vez, cabe à responsabilidade pelos afazeres domésticos, pelo bem da família e educação dos filhos e filhas.

Os filhos ou filhas aprendem, desde cedo, a desvalorizar o trabalho da mãe e o papel da mulher na sociedade, assimilando que as relações de gênero são definidoras da divisão do trabalho e da valorização ou desvalorização do mesmo. Incorporam, por exemplo, que as tarefas domésticas são de total responsabilidade da mãe, mesmo que esta trabalhe fora do lar, e que é um trabalho desvalorizado, portanto é coisa de mulher, cujo modelo feminino, aceito pela sociedade, perdurado, ainda, até os dias atuais, é o da mulher-mãe, símbolo de doação, de entrega e sacrifícios em nome da família, com dupla (e até tripla) jornadas de trabalho, responsável pelas muitas gravidezes, e culpada até quando é vítima de violência doméstica. (Sousa, 2004, p.13).

E a Escola, o que tem a ver com isto? Como as crianças são tratadas? Haveria diferenças de comportamento e tratamento entre meninos e meninas?

A Escola, como parte da sociedade, reproduz os padrões de comportamento, culturalmente estereotipados, acentuando as desigualdades de condições e de oportunidades entre os meninos e as meninas, influenciando na formação destes, através da educação sexista, ou seja, uma educação que privilegia um sexo em detrimento do outro, e neste caso, o privilégio ocorre com o sexo masculino. E como isto acontece?

Na Escola, a educação sexista pauta-se em etiquetar as crianças, obrigando-as a corresponderem à imagem que lhes é imposta, atendendo ao que se espera delas, conforme o sexo. Percebe-se até nas brincadeiras e jogos infantis que há um reforço às desigualdades entre os sexos. Os meninos participam de jogos atrativos, dinâmicos, de aventuras. As meninas, no entanto, brincam de bonecas,



casinhas e panelinhas, numa associação com as tarefas domésticas e materiais que o destino lhes confere. (GUIMARÃES, 2008, p.43). Fato encarado como normal pela professora ou professor.

Como consequência deste processo, percebe-se nas escolhas profissionais, as quais predominam para as mulheres, as profissões “tidas femininas” e para os homens, aquelas, “tidas masculinas” pela sociedade. Haveria caminhos para superação que se pode apontar? Sim, há saídas.

Nas palavras de Freire já se observar nitidamente a importância da educação como processo de transformação:

Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos; seres da decisão, da ruptura, da opção. [...] A grande força sobre que alicerçar-se a nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro é a ética da solidariedade humana. (FREIRE, 2002, p. 145-146)

Então a saída é pela educação transformadora, que se apresenta como um processo dialético, histórico e cultural, logo plausível de mudanças, de adequação, aperfeiçoamento e atualização. Como tal deverá responder às questões atuais e fornecer novos parâmetros para a construção de outro modelo de pessoas e sociedade.

Neste sentido, na família, a educação propiciará a discussão de outro padrão de comportamento, no qual, pai, mãe, filhos e filhas se colocarão responsáveis, igualmente, pela manutenção da casa e da família, dividindo os afazeres domésticos e a educação das crianças.

Na Escola, pela importância no desempenho de seu papel social na construção de masculinidades e feminilidades, assim como seu papel transformador, através do seu trabalho pedagógico, poderá contribuir, incomensuravelmente, para a vivência de uma educação não sexista, propiciando ao professorado condições de trabalhar as relações de gênero com o alunado, conforme a realidade da região e da comunidade que a escola está inserida, problematizando e tornando visíveis as desigualdades e injustiças nas relações sociais, e na linguagem escrita e falada.

Assim, paulatinamente, as questões de gênero entrarão no cotidiano escolar, propiciando uma reflexão e transformação das relações sociais com vista à equidade de gênero. E o que seria equidade de gênero?

Segundo Sousa o conceito de gênero, concebido pela teoria feminista nos anos 70 e 80 é descrito como:

[...] sistema de relações de poder com base em qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos, atribuídos às mulheres e homens. As relações de gênero, assim como de classe, raça ou etnia são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. Sexo é determinado pela natureza, pela biologia, já gênero é construído historicamente, portanto é variável e mutável. (SOUSA, 2003, p. 8)

É a elaboração cultural da noção de masculinidade e feminilidade, o que é ser homem, o que é ser mulher. Daí a equidade de gênero ser o sistema de relações interpessoais e sociais baseado na igualdade entre os sexos e na valorização equilibrada das qualidades consideradas femininas ou masculinas. Este é o verdadeiro papel da educação, aquele que liberta, emancipa e torna os sujeitos agentes construtores de sua própria história.

A educação profissional, proporcionada pelo Programa Mulheres Mil, pode desempenhar um papel central na vida das mulheres, pois além de ser uma educação de prazo curto permite facilidade de conciliar trabalho, estudo e, se volta diretamente às necessidades dessa camada excluída ao longo da história.

Entre os benefícios do Programa para as mulheres encontra-se o Empoderamento, processo de autonomia, que busca superar a realidade em que se encontram, devolvendo para elas poder de democracia, dignidade, emancipação individual e principalmente a liberdade de decidir,



principalmente no que se refere ao controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, e equidade de gênero.

As alunas encontram no Programa motivação e estímulo para continuarem os estudos e também o desejo de crescimento e ascensão social e financeira despertam para uma reflexão que tem impactos em toda a família.

Um exemplo da influência da escolaridade na vida familiar é a questão da fecundidade, é sabido que o aumento da escolaridade está associado a um declínio na fecundidade. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2009, p.268) revela que a taxa de fecundidade cai em relação proporcional ao aumento da escolaridade das mulheres.

A instrução das mulheres interfere também em outro indicador importante: a idade com que elas se tornam mães. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, (2010, p. 267) aponta que as mulheres com menos de sete anos de estudo representaram 20,3% do total de mães que tiveram filhos com idade entre 15 e 19 anos. Entre as mais instruídas, esse índice cai para 13,3%. A maternidade precoce contribui para a permanência da desigualdade, uma vez que dificulta a permanência da jovem na escola.

O nível educacional da mãe é um determinante do número de matrículas e desempenho dos filhos e filhas na escola, quanto maior o nível educacional da mãe, melhor: um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – concluiu que, na América Latina, jovens de 15 anos cujas mães têm alguma educação secundária permanecem na escola por dois ou três anos a mais que jovens cujas mães têm menos de quatro anos de escolaridade (Inter-American Development Bank, 1998, p.18). Inúmeros estudos nos últimos 25 anos têm revelado o mesmo padrão: o nível educacional da mãe é um determinante da matrícula e desempenho dos filhos e filhas na escola,

Portanto, estas mães acabam exercendo um papel pedagógico, encorajando, supervisionando e ajudando seus filhos e filhas com as tarefas escolares e motivando-os a permanecer e valorizar a escola. Mulheres valorizadas na sociedade e na família além da autoestima elevada adquirem uma nova forma de ver e viver a vida, se tornando mais confiantes e felizes.

6. CONCLUSÕES

Compreende-se, assim, que os discursos no campo do trabalho relacionados à educação profissional devem pautar-se pela dinâmica de uma formação cidadã que permita ao sujeito, no caso as mulheres, não apenas saírem de uma determinada situação excludente de forma imediata, mas permanecerem inseridas na realidade social mais ampla.

A análise e compreensão dos processos e dos desafios que permeiam o Programa Mulheres Mil no IFPB mostraram-se como fundamentais para seu aperfeiçoamento. Entretanto, tais evidências não esgotam a necessidade de avaliações sistemáticas.

Desta forma, foram relatados muitos pontos positivos desse programa, no entanto, verificou-se que há algumas dificuldades apontadas pelos Gestores o que dificulta o trabalho.

Diante de tudo que foi apresentado, essa pesquisa poderá beneficiar o Programa no interior do IFPB, como outros IFs que já implantaram o Programa, ou que pretendem fazê-lo.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Ana Maria Coutinho. **O papel nosso de cada dia: estudo sobre as concepções de papéis sociais entre estudantes do 2º grau de João Pessoa – PB.** João Pessoa: UFPB, 1996. Dissertação de mestrado.

BERCOVI, G. Planejamento e Políticas Públicas: por uma nova compreensão do papel do Estado. In: BUCCI, M. D. (org.). **Políticas Públicas:** reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. MEC. SETEC. **Termo de Metas e Compromissos.** Brasília, 2008



____. Lei Federal n.º 11.892/2008, nos art.2, §2, art.6º, §I, IV, IX; art.7º, §II, V.

____. Portaria Nº 1.015 de 21 de julho de 2011. Publicada no DOU em 22 jul. 2011. P. 38. Seção 1.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações de Gênero na escola: lições do projeto de formação em educação não sexista in Lilás – **Revista Informativa da Coordenadoria da Mulher**, Ano III, nº 3, janeiro/2004. Prefeitura do Recife-PE.

DIAS, Jussara; FREIRE, Lucienne (Org.). *Diversidade - Avanço Conceitual para a Educação Profissional e o Trabalho – Ensaio e Reflexões*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2002, 132p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

____. **Política e Educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 23).

____. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, M. et al. **Cidade Educadora: princípios e experiências**. São Paulo: Cortez, 2004.

GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. Educação Não-Sexista e Não-Homofóbica – Um Caminho de Múltiplas Mãos na Construção de um Projeto Educativo. In: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Org.). **Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e Práticas de Direito e Políticas Públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2009**. Volume 30. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 288p.

____. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Revista Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, número 27. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 317p.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **Facing up to inequality in Latin America**. Washington: IDB, 1998.

MEZZERA, Jaime. Para melhorar renda e emprego de grupos discriminados. In: GUIMARÃES, N. Os desafios da equidade. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais- Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Publicações MEC, 2010.

SAVIANI, Demerval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988. (Coleção educação contemporânea)

SOUSA, Valquíria Alencar de. **Por uma educação escolar não sexista**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2005.